

Instituto Politécnico de Setúbal

Constituição de bolsa de interessados para exercício de funções docentes (M/F)

O Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) faz saber que se aceitam candidaturas para o exercício de funções docentes em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, nas seguintes áreas:

- Terapia da Fala;
- Enfermagem;
- Fisioterapia;
- Processos em Engenharia Química e Biológica, especialidade de Tecnologias do Petróleo.
- Biotecnologia;
- Matemática;
- Informática
- Tecnologia e Organização Industrial
- Mecânica dos Meios Sólidos
- Instrumentação e Medida
- Controlo e Processos
- Inglês

Os interessados poderão formalizar o seu interesse, **até dia 9 de setembro de 2016**, juntando elementos pessoais, académicos e profissionais, desde que reúnam cumulativamente as seguintes condições:

- Formação académica numa das áreas consideradas;
- Atividade e currículo técnico-científico e profissional relevante;
- Será dada preferência aos **detentores do grau de doutor ou título de especialista** (conferido nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto), **doutorandos em fase adiantada de entrega de doutoramento** e aos **profissionais com experiência relevante nas áreas consideradas**.

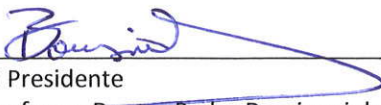
As candidaturas devem ser formalizadas através de envio de mensagem de correio eletrónico para recrutamento@ips.pt, acompanhado dos seguintes documentos:

- Carta de apresentação dirigida ao Presidente do IPS indicando a disponibilidade e a área de docência a que se candidata;
- *Curriculum Vitae* detalhado;
- Fotocópia simples de documento de identificação;
- Fotocópia simples dos certificados de habilitações;
- Comprovativo do reconhecimento, equivalência ou registo de grau de doutor, para os candidatos detentores de habilitação estrangeira.

O presente anúncio visa constituir uma bolsa de interessados cujas candidaturas serão apreciadas pelos competentes órgãos do IPS, não consubstancia, por isso, a abertura de concurso documental nos termos do ECPDESP, inexistindo em decorrência qualquer obrigatoriedade de contratação.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da CRP, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Instituto Politécnico de Setúbal, 29 de julho de 2016



O Presidente
Professor Doutor Pedro Dominginhos